

MENSAGEM Nº 588

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 7.137, de 13 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2022, que renova, a partir de 28 de fevereiro de 2018, a permissão outorgada à Rádio Mampituba Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 17 de julho de 2024.



EM nº 00267/2023 MCOM

Brasília, 14 de junho de 2023

Apresentação: 22/07/2024 16:25:00.000 - MESA

MSC n.588/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.004790/2018-51, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14877/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00822/202/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 7.137, de 13 de outubro de 2022, publicada em 16 de novembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de fevereiro de 2018, a permissão outorgada à Rádio Mampituba Ltda (CNPJ nº 02.417.196/0001-40), nos termos da Portaria nº 2.813, de 11 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2002, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Três Cachoeiras, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.285/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.015758/2022-56
Requerente: Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC
CQB: 304/10
Endereço: Av. dos Estados, 5001, Bairro Bangu CEP 09210-580 - Santo André - SP

Assunto: Solicitação de parecer extensão de Certificado de Qualidade de Biossegurança da instituição para inclusão de atividades de áreas com nível de biossegurança NB1.

Extrato Prévio: 8512/2022, publicado no Diário Oficial da União em 27 de setembro de 2022.

Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC, Dra. Sílvia Honda Takada, solicita parecer para extensão de Certificado de Qualidade de Biossegurança da instituição para inclusão das áreas do Laboratório de Biofísica Molecular - Interface Física Biologia - Laboratório L603 para execução das atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados (OGM), com Nível de Biossegurança 1. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

DESPACHO DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que foram notificados na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, ocorrida em 10/11/2022, os seguintes processos relativos à Resolução Normativa 35/21 da CTNBio:

Syngenta Seeds Ltda.; CQB 001/96; Processo 01245.017562/2022-04. Liberação Planejada no Meio Ambiente de Milho Geneticamente Modificado para Resistência a Insetos e Tolerância a Herbicidas- SYN22087. Objetivo: analisar o desempenho agrônomo para geração de dados regulatórios visando a avaliação de Biossegurança de milho contendo eventos de resistência a insetos e tolerância a herbicidas.; protocolado em 06/10/2022;

Basf. S.A.; CQB 031/97; Processo 01245.018180/2022-90. Liberação Planejada no Meio Ambiente intitulada "Soja GM 2022/2023: Avaliação Comparativa com Evento de Soja GM Resistente a Doenças em Diferentes Zigosidades", proposta BASF nº 222/22. Objetivo: a avaliação e comparação de evento de soja GM com genes que conferem resistência a doenças com sua contraparte nula (isolinha) em diferentes zigosidades. Ainda, grãos produzidos nessa LPMA poderão ser utilizados como sementes em futuras LPMAs.; protocolado em 14/10/2022;

Syngenta Seeds Ltda.; CQB 001/96; Processo 01245.018173/2022-98. Liberação Planejada no Meio Ambiente de Milho Geneticamente Modificado para Resistência a Insetos e Tolerância a Herbicidas- SYN22079. Objetivo: tratos culturais necessários serão realizados durante a condução dos experimentos, envolvendo diferentes estratégias de controle de pragas, doenças e plantas daninhas. Infestações de insetos, aplicações de herbicidas, avaliações fenotípicas e coleta de informações serão realizadas de acordo com o objetivo de cada ensaio. Os ensaios serão conduzidos para fins de 1) eficácia de eventos para resistência a insetos e 2) performance agrônomo.; protocolado em 14/10/2022;

Syngenta Seeds Ltda.; CQB 001/96; Processo 01245.018174/2022-32. Liberação Planejada no Meio Ambiente de Milho Geneticamente Modificado para Resistência a Insetos e Tolerância a Herbicidas- SYN22080. Objetivo: avaliar a performance agrônomo. Não serão colhidos os ensaios que têm como objetivo avaliar a eficácia de resistência a insetos.; protocolado em 14/10/2022;

Basf. S.A.; CQB 031/97; Processo 01245.019057/2022-96; Liberação Planejada no Meio Ambiente de Soja Geneticamente Modificada intitulada "SOJA GM 2022/2023: produção e purificação de sementes de soja gm resistentes a doença". Objetivo: Incremento (multiplicação) de sementes de eventos de soja GM com genes que conferem resistência a doença e genes que conferem resistência à herbicidas, para serem utilizadas em futuras LPMAs'; protocolado em 25/10/2022;

(Contém Informações Confidenciais) Basf. S.A.; CQB 031/97; Processo 01245.019258/2022-93. Liberação Planejada no Meio Ambiente de Soja Geneticamente Modificada o intitulada "soja GM 2022/2023: produção de sementes de soja gm resistente a pragas", proposta BASF nº 223/22. Objetivo: multiplicação de sementes de eventos de soja GM com genes que conferem resistência a pragas e genes que conferem resistência à herbicidas, para serem utilizadas em futuras LPMAs.; protocolado em 27/10/2022;

DESPACHOS DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve: Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
01250.033027/2019	Cam-Argo Fundação de Rádio e Televisão	FME	Tatuí	SP	Conhece e nega	212
01250.010937/2017	Associação Comunitária de Granja	RADCOM	Granja	CE	Conhece e nega	214

Centro de Tecnologia Canavieira - CTC; CQB 006/96; Processo 01245.019529/2022-19. Liberação Planejada no Meio Ambiente de cana de açúcar geneticamente modificada com genes que confere tolerância ao herbicida, intitulado (CTC9003-026). Objetivo: avaliar o desempenho do evento GM sobre diferentes níveis de mato competição e manejos de herbicida;; protocolado em 03/11/2022;

Basf. S.A.; CQB 031/97; Processo 01245.019508/2022-95. Liberação Planejada no Meio Ambiente de "soja GM 2022/2023: produção e purificação de sementes de soja gm resistente a doença". Objetivo: é a multiplicação e purificação de sementes de eventos de soja GM com genes que conferem resistência a doença e genes que conferem resistência à herbicidas, para serem utilizadas em futuras LPMAs.; protocolado em 03/11/2022;

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.525, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.019559/2021-36, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Olsen Indústria e Comércio S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 83.802.215/0001-53, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - APARELHO DE RAIOS-X, COM CAPACIDADE DE DIGITALIZAÇÃO DE IMAGEM, PARA USO ODONTOLÓGICO, BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL, modelos: Raio-X Ápice Móvel; Raio-X Ápice de Parede.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 7.137, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.004790/2018-51, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14877/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00822/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de fevereiro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO MAMPITUBA LTDA (CNPJ nº 02.417.196/0001-40), nos termos da Portaria nº 2.813, datada em 11 de dezembro de 2002, publicada em 17 de dezembro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 24 de 2007, publicado em 26 de março de 2007, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 7.373, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias nº 112, de 22 de abril de 2013, e nº 294, de 30 de janeiro de 2015 (vigente à época da infração), e tendo em vista o que consta na Nota Técnica nº 18727/2021/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53900.047942/2015-69, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Aplicar à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS (antiga ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO BAIRRO DOS VENÂNCIOS), Fistel nº 50013417606, outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária, por meio do canal nº 200, na localidade de Crateús, estado do Ceará, as seguintes sanções:

I - multa, no valor de R\$ 3.205,93 (três mil duzentos e cinco reais e noventa e três centavos), e lhe atribuir 4 (quatro) pontos, em razão da prática da infração capitulada no inciso XXIX, do art. 40, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

II - revogação da autorização, em razão da reincidência na prática da infração prevista no art. 40, inciso XXIX do Decreto nº 2.615/1998, na forma do art. 21, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 9.612/1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

